

Carlos Camponez
Ana Teresa Peixinho
Coordenação

*R*eflexões
Sobre a Liberdade

150 anos da obra de John Stuart Mill

«A liberdade – disse Octávio Paz – não é uma filosofia e nem sequer uma ideia: é um movimento de consciência que nos leva, em certos momentos, a pronunciar dois monossílabos: sim e não».

Suspeito que a liberdade se tenha definido mais vezes pelo monossílabo **não** do que pelo monossílabo **sim**. Desde que o primeiro rebelde da primeira tribo recusou a primeira deriva autoritária do primeiro chefe, passando pelo grande mito grego da liberdade, Antígona, aquela que disse não a Creonte e foi enterrar o irmão com as suas próprias mãos, pagando com a vida um acto sublime de desobediência; ou pela revolta de Espártaco contra a tirania de Roma; ou pelos que impuseram ao poder absoluto de João Sem Terra a Primeira Magna Carta, até aos que assaltaram a Bastilha para dar início à Revolução Francesa, e aos colonos que se libertaram da coroa inglesa para fundar a grande democracia americana. Podia vir por aí fora até aos tempos mais próximos e falar dos que por toda a Europa resistiram ao nazismo, ao fascismo e ao estalinismo, e dos que, no meu país, ao longo de quase meio século, de muitas formas pronunciaram contra a Ditadura o monossílabo **não**.

Como o poeta Miguel Torga, quando escreveu: «Temos nas nossas mãos/ o terrível poder de recusar».

E que poder é esse?

O próprio poeta o diz: é a «flor da liberdade», «é essa flor que nunca desespera/ no jardim da perpétua primavera».

Um monossílabo, uma pequena palavra, apenas um não, essa «pequena luz bruxuleante» de que falou o poeta Jorge de Sena, essa pequena luz onde, através dos séculos, em certos períodos da História, pulsou a liberdade, contra as sombras, os absolutismos, os totalitarismos e a negação do homem pelo homem, como em Auschwitz ou no Gulag. Uma pequena luz bruxuleante, por vezes a única esperança, o **não** proclamado pelo General de Gaulle a 18 de Junho de 1940, o não ligado ao sim quando Churchill lhe perguntou o que ele representava e, sozinho, ele respondeu: «A França».

Mas também o **não** do poeta russo Osip Mandelstam, condenado a morrer num campo de concentração por ter escrito um poema contra Staline. Quando estava a partir para a Sibéria, a mulher julgou que ele estava louco porque ele disse: «A poesia é o poder». Mas não. Não estava louco. Ele sabia que a poesia é o poder porque é um contra-poder absoluto e é por isso que os tiranos têm medo dela.

Hoje as estátuas de Staline foram derrubadas, mas os livros de Mandelstam estão editados em quase todas as línguas do Mundo e, sobretudo, na sua própria língua de que ele é considerado um poeta maior.

Uma pequena luz, um monossílabo.

Mas eis que há cento e cinquenta anos um inglês chamado John Stuart Mill publicou um pequeno livro chamado *On Liberty*. E nele afirmou a soberania do homem sobre a sua mente, sobre o seu corpo, sobre si mesmo. Ao fazê-lo ele funda a liberdade individual, a moderna autonomia do indivíduo perante o Estado ou qualquer força que se oponha a essa sua suprema soberania sobre si mesmo.

Passei pessoalmente por essa experiência. A de estar fechado, completamente isolado, interrogado noites e dias por agentes da polícia política. Não tinha defesa nenhuma, não tinha armas, não tinha nada senão essa soberania sobre o meu pensamento, o meu corpo, a minha vontade, sobre mim mesmo. É uma soberania e um poder que nenhuma polícia, nenhum exército conseguem vencer. A força do homem está na consciência dessa sua terrível e irreduzível liberdade interior.

Lembro-me de que a primeira vez que vivi algo de parecido com um estado de graça foi quando, depois de noites e noites de interrogatório, me restituíram à minha cela e eu senti dentro de mim uma paz absoluta, a paz de quem tinha resistido e tinha preservado a suprema soberania sobre si mesmo.

Não pensei, nessa altura, em Stuart Mill. Mas ocorreu-me o martírio de Jean Moulin, o chefe do exército das sombras, as forças de resistência francesa do interior. Preso pela Gestapo em Lyon, foi torturado até à morte. Sabia todos os segredos da Resistência. Mas não disse uma única palavra. Soberania absoluta da liberdade individual. Os dois monossílabos, o não e o sim, magicamente ligados por um homem que soube defender até à morte o segredo, a integridade, a sua soberania pessoal conjugada com a da nação ocupada.

No seu livro *Sobre a Liberdade*, a preocupação de Stuart Mill é a defesa do indivíduo contra «a tirania da maioria», a afirmação da sua liberdade moral e económica perante o Estado, cuja intervenção na vida das pessoas só se justifica para evitar os danos que possam ser causados a outros. É a trave mestra filosófica do liberalismo. A ela podem recorrer os que hoje, em circunstâncias históricas muito diferentes, defendem o Estado mínimo contra aqueles que, por exemplo como eu, advogam a necessidade de, perante a crise actual, repensar o papel do Estado, não como Estado produtor, mas como Estado estratega, um Estado que, além de assegurar a liberdade e garantias individuais, seja capaz de definir metas sociais, de suprir as falhas de mercado e de ser, ele próprio, instrumento de luta contra as desigualdades.

Voltando a Stuart Mill, creio que se lhe deve a mais completa defesa até então feita da liberdade de expressão. E independentemente da doutrina e dos sistemas políticos a que parece ter dado origem – o liberalismo e o neo-liberalismo, que é um parente do primeiro – deve-se-lhe, de certo modo, a fundação da cidadania moderna. Com efeito, o princípio de que o indivíduo é soberano sobre si próprio, sobre o seu próprio corpo e sobre o seu pensamento está na origem daquilo a que hoje podemos chamar «o poder dos cidadãos», a sua autonomia perante qualquer poder que tente restringir qualquer parcela daquela soberania do homem sobre si mesmo. Uma soberania que, se formos a ver, está consagrada na Declaração Universal dos Direitos do Homem e é inseparável da soberania popular manifestada através do sufrágio democrático e livre.

A Liberdade não é uma abstracção. E não há Liberdade sem liberdades. Quando uma das liberdades, a de pensamento, de associação ou de expressão é ameaçada são todas as outras que estão ameaçadas. Quando uma delas é coarctada é toda a liberdade que é atingida.

Por isso, neste tempo em que renascem, de um lado e de outro, os fundamentalismos, com a sua lógica de excomunhão do outro, do que é diferente, do que tem outra cor, outra religião e não pensa da mesma maneira, neste tempo em que, nas nossas próprias democracias, há uma manifesta crise do sistema de representação e a vida pública está cada vez mais confiscada pelos aparelhos partidários que tendem a substituir-se aos próprios cidadãos, neste tempo em que surgem novas dependências e novos medos, é tão importante celebrar a actualidade e modernidade deste conceito de liberdade individual, proclamado por John Stuart Mill.

Vários e grandes são os problemas que no mundo contemporâneo se colocam à Liberdade. Em primeiro lugar as desigualdades.

A expansão global dos mercados financeiros liberalizados conduziu ao colapso do sistema financeiro mundial e gerou desigualdades colossais. O nível de desigualdade estrutural criado pela globalização desregrada, restringe, diminui e condiciona o exercício da Liberdade e das liberdades. Os desempregados, os excluídos, os deserdados da vida não têm o mesmo grau de Liberdade daqueles que hoje se apropriam da grande fatia do produto interno bruto de cada país. Não foi por acaso que António Sérgio falou das «condições concretas da liberdade». Ele sabia que só através da igualdade de oportunidades, no emprego, na educação, na cultura, na saúde, etc., se pode chegar a uma vivência plena de Liberdade. E por isso hoje é cada vez mais difícil separar o conceito e a prática da Liberdade do conceito e da prática da igualdade.

Mas também a globalização, esta globalização desregrada, que é a que temos.

A globalização é inelutável. E pode trazer consigo novas oportunidades de conhecimento e desenvolvimento. Mas tal como está também pode trazer crises como a que estamos a viver. Assim como o risco de uniformização cultural e comportamental. O risco de uma espécie de ditadura do mediático e do imediato que faz com que tudo se saiba ao mesmo tempo mas sem tempo para digerir e hierarquizar a informação recebida. Vêem-se e ouvem-se em todo lado as mesmas reportagens, os mesmos filmes, as mesmas imagens e até os mesmos discursos. E até de certo modo na mesma língua. A uniformização mata a diversidade cultural e empobrece a memória e a História do Homem e do Mundo. Em cada língua que morre, diz Georges Steiner, é um pouco de nós que morre também, um pouco da nossa História e da nossa Humanidade.

A diversidade rima com Liberdade. O que ameaça a diversidade ameaça a Liberdade.

É importante aprender o inglês. Mas antes de aprender o inglês é importante aprender o português. Falar e escrever correctamente a nossa língua é um acto de Liberdade e de afirmação da nossa identidade cultural. Um acto de soberania, individual e colectiva. Um acto de resistência, de sobrevivência e de homenagem àquela «lusitana antiga liberdade» de que falou Luís de Camões.

Mas este é também o tempo do renascimento de certos fantasmas, nomeadamente o racismo, esse mal absoluto, como dizia André Malraux. Quem nega o outro nega-se a si mesmo. Como afirmei uma vez na A.R. criticando então um acto racista, «não há meias liberdades. Quando se ameaça a liberdade de alguém, ameaça-se a liberdade de todos». Recordo que Camões escreveu em língua portuguesa dois dos mais belos poemas de amor anti-racista, um dedicado a uma mulher negra (As Endechas a Bárbara Cativa) e outro (Alma minha gentil), a uma chinesa. Aqueles que hoje proclamam «Portugal aos Portugueses» estão a fazer uma afirmação contra Portugal e contra os Portugueses. Convém também recordar que somos simultaneamente um povo de emigração e imigração e que, assim como celebramos acordos para que os portugueses possam viver nos países de acolhimento com Liberdade e dignidade, devemos defender a inclusão como política essencial à consolidação da democracia e ao próprio desenvolvimento do nosso país.

O ataque terrorista às Torres Gémeas em 2001 veio colocar à Liberdade um novo e grave tipo de problema. Não faltaram os apóstolos da guerra de civilizações. E a invasão do Iraque, baseada numa mentira, veio transformar este país num desastre favorável ao crescimento do ódio e da vingança. A resposta de Bush foi um erro de consequências incalculáveis. Por isso a eleição de Obama, para além de ser, em si mesma, um facto cultural

de grande vitalidade democrática e pedagógica, constitui uma nova esperança para todo o Mundo.

Esperança de que o unilateralismo que caracterizou as decisões de Bush seja substituído pelo reforço do papel das Nações Unidas. E que o confronto dê lugar ao tão necessário e urgente diálogo de culturas e civilizações. Esperança também em que no combate contra o terrorismo sejam repostos os princípios fundamentais do Estado de Direito.

No dia em que, em nome da segurança, as democracias abdicarem dos seus valores e dos seus princípios, isso significará a vitória moral do terrorismo. Este é, sem dúvida, um dos grandes desafios que se colocam à Liberdade.

O outro tem a ver, não só com a liberdade individual, mas com a defesa da terra e da sobrevivência da Humanidade. É fundamental que a liberdade humana vença a cegueira do egoísmo e da supremacia dos sistemas económicos sobre a própria sobrevivência.

Como dizia Bertrand Russel:

«A Liberdade é o bem supremo; porque sem ela torna-se impossível a personalidade. A vida e o conhecimento são hoje tão complexos que somente pelo livre debate podemos encontrar o nosso caminho, através dos erros e preconceitos, rumo à perspectiva total que é a verdade».

Mas talvez o principal problema que hoje se coloca aos sistemas fundados na Liberdade seja aquele que muitos autores, nomeadamente Pierre Rosanvallon, chamam a «erosão da confiança». Vivemos num tempo de suspeição e desconfiança. Nos políticos, nas instituições, por vezes na própria democracia. Há quem chegue a falar na dissociação da legitimação e da confiança. Uma sociedade de desconfiança acabaria (ou acabará) por pôr em causa a própria legitimidade política, mesmo quando esta é sufragada pelas urnas. Há, no entanto, quem sustente que esta dissociação sempre existiu, mesmo desde o Acordo do Povo, o primeiro manifesto democrático moderno, publicado em Londres em 1649.

«A legitimidade, segundo Amin Malouf, é o que permite que povos e indivíduos aceitem, sem existir coacção, a autoridade de uma instituição encarnada em homens e considerada portadora de valores partilhados». E acrescenta que há hoje no Mundo «legitimidades extraviadas».

«Há legitimidades mais fortes do que outras - diz ainda Malouf - Mas nenhuma é imutável».

Seja como for, é indiscutível que, depois dos grandes ideais de libertação e de extrema politização vividos nos anos sessenta, há hoje uma crise da elite e um declínio da vida política. Ao mesmo tempo que se manifestam os múltiplos sinais de desinteresse, indiferença, desconfiança. Isto coloca um problema e um desafio à Liberdade.

Porque se é verdade que, mesmo num sistema privado de Liberdade, o indivíduo é o soberano de si mesmo, não é menos verdade que a liberdade individual implica a liberdade colectiva plenamente vivida. O que por sua vez passa pela necessidade e urgência de lutar contra o desencanto e de repor a confiança nas nossas instituições, nos nossos valores e no bem supremo da Liberdade.